

OS DOIS PORTUGAIS CAMILIANOS: A NAÇÃO PORTUGUESA EM *A QUEDA DUM ANJO*

Adriano Lima Drumond¹

Resumo: Neste artigo, analisamos a imagem da nação portuguesa que Camilo Castelo Branco delineou em *A queda dum anjo*, novela publicada em 1865. Para tal, discutimos teóricos da nação (Hobsbawm, Bhabha, por exemplo) e nos baseamos em informações históricas sobre o contexto de meados do século XIX, refletido pela narrativa camiliana.

Palavras-chave: Camilo Castelo Branco; Nação; Portugal; Literatura.

Abstract: In this paper one analyses the image of the Portuguese nation delineated by Camilo Castelo Branco in *A queda dum anjo*, novel published in 1865. In order to do so, one discusses theoreticians of the nation (Hobsbawm, Bhabha, for instance) and bases oneself on historical information about the context of 19th century reflected by the Camilian narrative.

Keywords: Camilo Castelo Branco; Nation; Portugal; Literature.

A queda dum anjo, novela de Camilo Castelo Branco, publicada em dezembro de 1865, conta-nos a história de Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda. O personagem é um fidalgo de ascendência remotíssima, muito rico, da aldeia de Caçarelhos, localizada na região nortenha portuguesa de Miranda. Exageradamente apegado ao passado de seu país, Calisto Elói recusa vivenciar os hábitos e costumes contemporâneos – isto é, de meados do século XIX –, vestindo-se e falando de modo antiquado, dedicando-se à leitura contumaz de sua vasta biblioteca composta de “crônicas, histórias eclesiásticas, biografias de varões preclaros, corografias, legislação antiga, forais, memórias da Academia Real da História Portuguesa, catálogos de reis, numismática, genealogias, anais, poemas de cunho velho, etc” (CASTELO BRANCO, 1986, p.840). Profundo conhecedor da língua latina e grega, das literaturas clássicas escritas nesses idiomas e da literatura portuguesa de até o século XVII, monárquico-absolutista e fervoroso católico, o personagem, conforme noticia o narrador, “queria que se venerasse o passado, a moral antiga como o monumento antigo” (CASTELO BRANCO, 1986, p.841). Esposa a prima D. Teodora Barbuda de Figueiroa, morgada de Travanca, pela mera conveniência de unir os morgadios. O casal torna-se assim a família mais rica e próspera da aldeia e arrabaldes. Incentivado por conterrâneos

¹ Doutorando em Estudos comparados de literaturas de língua portuguesa, pela FFLCH/USP.

insatisfeitos com seus representantes no Parlamento, Calisto Elói candidata-se para deputado. Eleito, vai sozinho residir em Lisboa, onde encontra uma sociedade contaminada pela hipocrisia, adultérios, uma literatura moral e linguisticamente prejudicada pela influência francesa e um meio político não menos corrompido a seus olhos. Sua luta contra a degeneração dos costumes na capital começa a perder fôlego, a partir do momento em que o personagem sente – já quarentão – os primeiros sintomas do amor e da atração física. Apaixonado, vai modernizando sua linguagem, seu vestuário, seus hábitos, suas idéias. Concretiza-se, assim, o vaticínio do título da novela: o anjo – referência irônica ao protagonista – cai. Calisto abandona definitivamente o casamento e o torrão natal para viver em Lisboa com uma bela viúva brasileira, a Ifigénia de Teive Ponce de Leão. Adere ao liberalismo, recebe o título de barão, tem dois filhos com a brasileira. Seu adultério condiciona o mesmo para Teodora, que se rende à sedução de um primo, unicamente interessado na riqueza da parente. Tanto Calisto quanto a esposa, embora com a moral manchada, encontram, no desfecho da narrativa, a felicidade, sob a ironia lamentosa do narrador.

Eis em síntese o enredo de *A queda dum anjo*. Essa novela satírica e marcadamente irônica encena um problema de identidade cultural, que divide a trajetória do protagonista em duas etapas básicas: na primeira, Calisto Elói representaria o Portugal antigo; na segunda, o Portugal moderno. Assim, o personagem parece simbolizar tanto um percurso pelo qual a nação portuguesa atravessa, isto é, uma suposta modernização, em múltiplas esferas (política, econômica, cultural...) quanto uma cisão em duas temporalidades desse Portugal camiliano: a da tradição e a da modernidade, que encontram correspondências espaciais, respectivamente, em Miranda e em Lisboa – o que, a propósito, já assinalaram leituras consagradas desse livro, como a de Túlio Ramires Ferro, em *Tradição e modernidade em Camilo Castelo Branco*, a de José Clécio Basílio Quesado, em capítulo de *Garrett, Camilo, Eça: entre Quixote e Sancho*, e a de João Camilo dos Santos, em “Malefícios da literatura, do amor e da civilização”. As duas temporalidades que constituem a imagem da nação portuguesa, em *A queda dum anjo*, podem ser mais claramente caracterizadas por: de um lado, o espaço provinciano de Miranda, a estrutura sócio-política e econômica de base feudal, a cultura greco-latina e de autores clássicos portugueses; de outro lado, o espaço urbano

de Lisboa, as transformações políticas, sociais promovidas pelo liberalismo e pelo avanço do capitalismo, a cultura romântica de influência francesa.

A nação, fenómeno moderno por excelência, marcou profundamente a política, a sociedade, a cultura ocidental no século XIX. O discurso nacionalista, já nessa época, propalava uma idéia apriorística de nação, de modo que se dispensassem quaisquer reflexões teóricas que a discutissem ontológica e historicamente. Entretanto, autores – dentre os quais Ernest Renan, em sua célebre conferência de 1881, *Qu'est-ce qu'une nation?* –, baseados em conhecimentos históricos, passaram a entendê-la como algo não natural, mas situado na história, um constructo ideológico relativamente novo (últimas décadas dos setecentos). No século XX, quando a idéia de nação e o nacionalismo tornaram-se paradigmas do pensamento político (haja vista o exemplo das duas Grandes Guerras), Eric J. Hobsbawm, Benedict Anderson e Homi K. Bhabha contam-se como nomes destacáveis de estudiosos que desenvolveram reflexões sobre o tema, assinalando o caráter de coisa ficta desse fenómeno. Destacando sua modernidade, Hobsbawm informa, em seu livro *Nações e nacionalismo*:

Antes de 1884, a palavra *nación* significava simplesmente “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” e também “um estrangeiro”. Mas agora [naquela data] era dada como “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” e também “o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo” – e, portanto, o elemento de um Estado comum e supremo é central a tais definições, pelo menos no mundo ibérico. (HOBSBAWM, 2202, p.27)

Anderson, por sua vez, compreende a nação como “imagined community”, que se consolidou e disseminou com tanta força e longevidade, no âmbito político, cultural, social, pelo Ocidente, devido a certas lacunas incômodas deixadas pelo iluminismo que veio a preencher:

The century of the Enlightenment, of rationalist secularism, brought with it its own modern darkness. With the ebbing of religious belief, the suffering which belief in part composed did not disappear. Disintegration of paradise: nothing makes fatality more arbitrary. Absurdity of salvation: nothing makes another style of continuity more necessary. What then was required was a secular transformation of fatality into continuity, contingency into meaning. As we shall see, few things were (are) better suited to this end than an idea of nation. If nation-states are widely conceded to be ‘new’ and ‘historical’, the nations to which they give political expression always loom

out of an immemorial past, and, still more important, glide into a limitless future. (ANDERSON, 1991, p.11-12)

Entre os teóricos da nação mais recentes e mais importantes, Homi K. Bhabha opera com os conceitos de *pedagogia* e *performance* para discuti-la em termos de sua temporalidade. Bhabha explica como se articulariam o passado e o presente na idéia de povo-nação:

[...] o povo consiste em “objetos” históricos de uma pedagogia nacionalista, que atribui ao discurso uma autoridade que se baseia no preestabelecido ou na origem histórica constituída no *passado*; o povo consiste também em “sujeitos” de um processo de significação que deve obliterar qualquer presença anterior ou originária do povo-nação para demonstrar os princípios prodigiosos, vivos, do povo como contemporaneidade, como aquele signo do *presente* através do qual a vida nacional é redimida e reiterada como um processo reprodutivo. (BHABHA, 2003, p.206-207)

Seria dúplice, ou cindida, portanto, a temporalidade da idéia de povo-nação. De um lado, sua condição de objeto situado no passado, de que o discurso nacionalista extrai a autoridade da suposta origem nacional, com o fito pedagógico. De outro lado, o povo como sujeito, situado no presente, que manifesta sua vitalidade identitária ou sua presença performática a partir da obliteração com o passado. Aqui a *performance* do povo está em consonância com o paradigma da modernidade, no qual a idéia de progresso, de contínua renovação, ou ainda de ruptura com o passado, revela um caráter redentor.

Em Portugal, a construção da nação ocorreu num contexto gravemente problemático. O Estado português, no início do século XIX, via-se abalado politicamente pela invasão napoleônica e depois pela presença inglesa na administração do país e economicamente pela perda da colônia americana, em 1822. Já em 1820, conflagrara-se uma revolução liberal, o que vinha a abalar as estruturas do Antigo Regime vigentes. Desde então, Portugal vivenciou o conflito entre duas forças: a dos que procuravam manter as bases sócio-político-culturais e a dos que tentavam transformá-las. O velho e o novo embatiam e embateriam, entre os portugueses, durante todo o século XIX, a exemplo da Guerra Civil, sucedida entre 1828 e 1834, que opôs absolutistas e liberais. Esse fato sinalizava a entrada de Portugal na modernidade, em que a idéia de progresso, para alguns, impunha-se como espécie de imperativo

categórico, contra o qual não deixaram de lutar as vozes conservadoras. O embate decorria, aliás, de uma consciência agudizada nos oitocentos: a do país como nação decadente perante seu passado glorioso de guerras, navegações, descobertas, e atrasada perante países – França, Inglaterra, Alemanha, notadamente – que empreendiam a passos muito mais largos a marcha industrial. Ou seja, ressentia-se, entre muitos portugueses, nas palavras de Joel Serrão, de um “desajustamento entre o tempo português e o europeu transpirenaico” (SERRÃO, 1965, p.30).

Especificamente durante a década de 1860 (época de escrita e publicação de *A queda dum anjo*), Portugal passa por mudanças em sua fisionomia infra-estrutural e jurídica que revelam a preocupação por parte de políticos em fazer ingressar o país na marcha do progresso. Em 1863, extinguem-se os vínculos de propriedade; em 1864, alcança-se a marca de mais de 2000 km de fios telegráficos instalados, além de se realizar o primeiro recenseamento populacional com base em métodos científicos; em 1866, inauguram-se as ligações ferroviárias com a Europa além-Pireneus. Vale observar que a década de 1860 insere-se no período que Eric J. Hobsbawm denomina a ‘Era do Capital’, quando “uma nova palavra entrou no vocabulário econômico e político do mundo: ‘capitalismo’” (HOBSBAWM, 1996, p.19), mundo que então “se tornou capitalista e uma minoria significativa de países ‘desenvolvidos’ transformou-se em economias industriais” (HOBSBAWM, 1996, p.54). Sabemos que Portugal não se enquadra nessa ‘minoria desenvolvida’. As mudanças acima elencadas não eliminaram, nem aparentavam pretender eliminar de todo o atraso econômico português. Ainda dentro do panorama de 100 anos depois, Vitorino Magalhães Godinho não qualifica Portugal como um país urbanizado, ao menos quanto ao critério da porcentagem da população concentrada nas cidades. Segundo o pesquisador, mesmo Lisboa apenas minimamente situar-se-ia na categoria de ‘grande cidade’ (cf GODINHO, 1977, p.28-30). Informado pelo *Atlas de Portugal* de Amorim Girão, Godinho fornece os seguintes dados referentes à distribuição populacional portuguesa no ano anterior à publicação de *A queda dum anjo*:

Em 1864, com efeito, a capital tem 190 000 habitantes, o Porto 80 000, e acima de 20 000 não encontramos mais nenhuma; há somente cinco entre 10 000 e 20 000, que são Braga (a única a aproximar-se desse máximo da categoria), Coimbra, Évora, Setúbal e Elvas, estas quatro a rasar o mínimo. Aglomerados com população entre 4 000 e 10 000,

registam-se doze – Tavira, Aveiro, Castelo Branco, Viseu, Portalegre, Bragança, Guarda. Nestes dezanove aglomerados com mais de 4 000 habitantes vivem ao todo 411 600 – não chega a 11% da população total, entrando Lisboa com 5,5%. Cabem à capital e à cidade do Douro conjuntamente 270 000 habitantes, enquanto os dezassete restantes aglomerados totalizam tão-só 140 000. Mesmo para o século XIX, estes números demonstram uma fraquíssima urbanização. (GODINHO, 1977, p.30-31)

Nesse contexto, em que incomodava a condição de atraso e decadência nacional, visto que Portugal fora séculos antes um dos mais importantes impérios do mundo, a literatura portuguesa oitocentista participou amplamente de uma reflexão sobre a Pátria. Assumindo-se como ativos cidadãos, escritores destacáveis – como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Eça de Queirós e Antero de Quental, considerados também Teixeira de Pascoais e Fernando Pessoa – problematizaram o ser e destino da nação lusitana. Nas palavras de Eduardo Lourenço, em “Da literatura como interpretação de Portugal”, acerca da nova postura assumida pelos escritores oitocentistas: “Cada escritor consciente da nova era escreverá [...] o seu *peçoal discurso à sua nação*, cada um se sentirá profeta ou mesmo messias de destinos pátrios, vividos e concebidos como revelação, manifestação e culto das respectivas *almas nacionais*.” (LOURENÇO, 1991, p.82)

Embora Lourenço nesse texto atribua a Camilo Castelo Branco lugar de nenhuma importância dentro da trajetória literária portuguesa de problematizar a pátria-nação, podemos observar que *A queda dum anjo* nos força a pensar o contrário: nela, o autor revela-se preocupado em ‘escrever seu *peçoal discurso à sua nação*’, e, desse modo, narrar uma *lusitanidade*, a partir principalmente de seu protagonista, de eminente caráter simbólico. Com efeito, Calisto Elói, na transformação de um homem quixotesicamente aferrado a valores tradicionais portugueses para um homem (também aqui não isento de um quê de ridículo) entusiasta dos novos valores, encena os conflitos decorrentes das mudanças pelas quais Portugal vinha passando, desde as primeiras décadas do século XIX. Do mesmo modo, acreditamos, *A queda dum anjo* contradiz, ao menos como caso particular, a observação generalizante de António Quadros sobre o autor de *Amor de perdição*, expressa no livro *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos cem anos*, de que sua obra como um todo não toca “a essência do *ser pátrio*”, e não busca “surpreendê-lo e transmiti-lo em termos simbólicos no seu amplo movimento temporal, na sua teleologia, nos seus momentos axiais, no seu tecido

de arquétipos, de paradigmas, de mitos e de ideias-força” (QUADROS, 1989, p.18). Nessa novela de 1865, o autor mais do que ambienta o enredo em Portugal e lança mão de personagens portugueses; ele problematiza – por meio da sátira e da ironia – o ser e destino da nação portuguesa, chegando a simbolizá-la (dentro dos termos requeridos por Quadros) na trajetória de Calisto Elói. Por outro lado, temos consciência de que a vastíssima obra camiliana não manifesta, de fato, preocupação sistemática e consistente com a realidade nacional, como ocorre com os demais escritores elencados e analisados por Eduardo Lourenço e António Quadros. No entanto, aspectos predominantes não podem, legitimamente, responder pelo todo; principalmente no caso de Camilo – escritor ideológica e estilisticamente tão múltiplo ou movediço.

Na realidade, não compreendemos a contraposição dessas duas temporalidades, sem observarmos a própria modernidade em que a novela se situa. Trata-se da modernidade do próprio fenômeno da nação, cindida entre um passado que aponta para uma origem histórica nacional e a vitalidade manifesta no afastamento desse tempo que se foi (cf BHABHA, 2003, p.206-207). O Calisto Elói anterior à *queda* é ridículo, alvo da sátira e da ironia do narrador, justamente por interditar essa vitalidade que se efetiva na mudança contínua em relação ao passado; o protagonista não quer mudanças, deseja eternamente o Portugal velho. Onde, na primeira sessão camarária como presidente municipal de sua terra, Calisto propor “que se restaurassem as leis do foral dado a Miranda pelo monarca fundador”, (CASTELO BRANCO, 1986, p.841-842) leis extintas havia mais de 600 anos. Mas também o Calisto Elói *caído* não escapa à malha satírica e irônica do narrador, de modo que os risos camilianos se dirigem a ambos os Portugais representados pelo protagonista. Risos (no plural), porque, nesse último caso, trata-se de um riso nostálgico de um tempo perdido, que apenas se pode resgatar e vivenciar, numa postura ridícula, como a personagem da novela. Contradição por parte do narrador/autor? Talvez estranharemos menos o fato, se nos recordarmos destas palavras de Compagnon, extraídas de *Os cinco paradoxos da modernidade*:

Todos os artistas modernos, desde os românticos, se viram divididos, por vezes dilacerados. A modernidade adota facilmente uma postura provocante, mas seu interior é desesperado. Não sejamos tentados pela miragem da síntese; mantenhamos as contradições, por natureza insolúveis; evitemos reduzir o equívoco próprio ao novo, como valor fundamental da época moderna. (COMPAGNON, 2003, p.15)

Ambos os Calistos, ambos os Portugais derivam de um narrador desiludido com a possibilidade de eficazes mudanças do país para melhor, ao mesmo tempo que lastima a impossibilidade de retorno ao esplendor nacional remotamente terminado. Narrar uma nação fraturada, cindida em duas temporalidades, cabe a um narrador também fraturado, cindido entre o velho e o novo – caráter que, ao fim e ao cabo, marca a própria modernidade dessa narrativa camiliana. Em outras palavras, podemos dizer que a sátira e a ironia voltadas ao Portugal arcaico manifestam a obliteração performática do passado. Esta, aliás, não se dá apenas por parte do narrador; também há personagens que vêem Calisto Elói como um homem anacrônico e risível, quando atua no papel pedagógico baseado na autoridade do passado tido como nacional. Por outro lado, a sátira e a ironia que alvejam o protagonista quando este adere às idéias e aos costumes da modernidade parecem manifestar a faceta pedagógica do narrador, cujo riso lamenta a degenerescência dos pressupostos valores portugueses. Assim, um narrador fraturado – cindido entre o velho e o novo – narra uma nação fraturada – também cindida entre essas duas temporalidades –.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of Nationalism*. London; New York: Verso, 1991.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*. Porto: Lello & Irmão, 1986. v.V.

COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

FERRO, Túlio Ramires. *Tradição e modernidade em Camilo (A queda dum anjo)*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1966.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Arcádia, 1977.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LOURENÇO, Eduardo. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

QUADROS, António. *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos cem anos*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1989.

QUESADO, José Clécio Basílio. *Garrett, Camilo, Eça: entre Quixote e Sancho*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

SANTOS, João Camilo dos. *Os malefícios da literatura, do amor e da civilização: ensaios sobre Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Fim de Século Edições, 1992.

SERRÃO, Joel. *Portugueses somos*. Lisboa: Livros Horizontes, [1975].

SERRÃO, Joel. *Temas de Cultura Portuguesa II*. Lisboa: Portugália Editora, 1965.

TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2ª ed. São Paulo: EDUSC; UNESP; Instituto Camões, 2001.